

**LEI Nº 421,**  
**DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002.**

DISPÕE SOBRE A INTENSIDADE  
MÁXIMA PERMITIDA NA DIFUSÃO  
DE SONS E RUÍDOS ATRAVÉS DE  
VEÍCULO AUTOMOTOR, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÉCIO JOSÉ VENTURA, Prefeito Municipal de Ilha Comprida, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, FAZ SABER, que a Câmara Municipal, em sua Sessão Extraordinária, realizada em 04 de dezembro de 2002, aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art.1º- Fica proibido a difusão de sons e ruídos através de equipamento sonoro, em veículo automotor, com volume e frequência excessivo e perturbador do sossego e bem estar público.

Parágrafo Único -Considera-se excessivo e perturbador ao sossego e ao bem estar público, a difusão de sons e ruídos que ultrapassem o limite máximo de 75 (setenta e cinco) decibéis, medido por aparelho de verificação de intensidade sonora, à distância de cinco metros do veículo a ser aferido.

Art.2º- O desrespeito às normas estabelecidas no Artigo 2º da presente Lei, além das penalidades estabelecidas no Artigo 228, da Lei Federal nº 9.503/97 (Código de Trânsito), sujeitará o infrator cumulativamente:

- I- notificação e Advertência;
- II- o não atendimento à Notificação e Advertência, multa de 200 (duzentas) UFICs., e apreensão e remoção do veículo utilizado pelo infrator;
- III- pagamento das taxas e das despesas ocasionadas com a remoção e estadia do veículo.

Art.3º- Os agentes a serem designados para a DIMUTRAN, juntamente com as equipes de fiscalização e os órgãos fiscalizadores dos demais entes da federação, ficam responsáveis pela fiscalização e aplicação das normas instituídas na presente Lei.

Art.4º- A restituição do veículo apreendido só ocorrerá mediante o prévio pagamento da multa, das taxas e das despesas ocasionadas com a remoção e estadia do veículo.

- Art.5º- Excetuam-se das disposições da presente Lei os veículos destinados à realização de propaganda volante, desde que devidamente licenciados pelo Poder Público Municipal.
- Art.6º- Os recursos necessários ao atendimento da presente Lei, ocorrerão por conta das verbas consignadas no orçamento vigente.
- Art.7º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE ILHA COMPRIDA  
EM 13 DE DEZEMBRO DE 2002.

Décio José Ventura  
Prefeito Municipal